



INFORMATIVO



Ano XI – N° 103	Primeiro trimestres de 2018	
	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL PETGeo INFORMATIVO	

ISSN: 1982-517X

Página

Editorial	3
De Olho no Programa	5
Políticas Locais	6
Considerações a respeito da intervenção da mídia no cenário político brasileiro: episódios de influência e manipulação social	9
A Mudança da Zona Central e suas Consequências para o Comércio: um estudo de caso sobre o Terminal Cidade de Florianópolis	23
PET Indica	29
Eventos	30

Nessa edição:

<p>PET Geo FAED/UDESC</p> <p>Expediente: Março de 2018 à Maio de 2018</p> <p>PETianos: Ana Flávia Pereira, Bárbara Isadora Grando, Bella Kern Torres de Pereira, Bernardo Simon Provedan, Bruno Martins Vieira, Ciro Palo Borges, Ianaê Tadei Martins, Isabella de Carvalho Souza, Laura de Mello Holme, Leonardo Martins Bandeira, Marcus Vinicius da Lima Xavier, Marcelo de Araújo, Mário André Corrêa de Faria, Matheus Krein Trajano, Valentine de Oliveira.</p> <p>Tutora: Prof.^a Vera Lucia Nehls Dias.</p> <p>Edição: Bella Kern, Bernardo Simon Provedan, Isabella Carvalho, Marcus Vinicius</p> <p>Revisão: Grupo PET-Geografia</p> <p>Impresso pelo Grupo PET-Geografia FAED/UDESC, em tamanho A4, fonte Arial.</p> <p>Sugestões, reclamações, convites, opiniões: petgeopress@gmail.com</p>

Editorial

Caro leitor!

É com muita alegria que lançamos para vocês o nosso primeiro informativo de 2018! Nesta edição iremos fazer um apanhado dos projetos e eventos que o PET GEO realizou e/ ou colaborou para a sua realização.

Considerando que passamos por um ano de 2017 conturbado no cenário político, decidimos começar 2018 tratando desse tema no I Grupo de Estudos. Com o tema “Democracia”, o grupo de estudos foi ministrado pela Tutora Prof^a Vera Dias com bases em textos selecionados e disponibilizados pela tutora para a graduação. Tivemos como resultado a participação de muitos alunos que fomentaram a discussão e nos fizeram pensar em novos temas para os grupos de estudos nos próximos trimestres do ano.

Para um melhor funcionamento do grupo e para a confecção do Manual do PET Geografia, o grupo teve uma reunião com o Diretor de Administração da FAED a fim de elucidar dúvidas a respeito da utilização de verbas disponibilizadas ao grupo.

No mesmo mês houve o processo seletivo para novos PETianos. Durante os dias 19 à 28 de março, 8 graduandos se inscreveram e passaram pelo processo de seleção que consiste em: estágio de vivência, prova escrita e, por fim,

uma entrevista com a banca avaliadora.

Já no mês de abril, tivemos dois projetos de extensão aplicados. O primeiro foi a trilha de reconhecimento da Fortaleza da Barra, com o intuito de mapear o percurso e aplicar posteriormente o projeto PET Geo Guia.

O segundo projeto de extensão aplicado no mês de abril foi o Cartografia para Crianças, no Colégio Adventista. Os conceitos básicos da cartografia foram trabalhados em duas turmas do 1º ano do ensino médio. O feedback foi muito positivo tanto da parte dos alunos, quanto pelo professor de geografia da escola.

Em abril a PETiana egressa e agora mestra Gabriela Fahl, apresentou a sua tese de mestrado sobre a Geografia da Saúde para os estudantes do curso de Geografia da UDESC. A apresentação contou com um arsenal de informações sobre esta área de estudo em ascensão no Brasil.

No mês de abril também teve dois encontros (um em nível Estadual e outro local) dos grupos PET. O InterPET, aconteceu no Campus I da UFSC, com a presença dos PETs da UFSC, UDESC e FURB onde foram discutidas pautas e a criação de encaminhamentos para o SulPET. O XIX SulPET aconteceu na UFPR, em Curitiba-PR, nos dias 28 de abril à 1 de maio e contou com cerca de 800 PETianos e

PETianas que apresentaram os trabalhos que estão sendo desenvolvidos pelos seus grupos e participaram de GDTs que geraram encaminhamentos na Assembleia final. O grupo PET Geografia UDESC teve um bom protagonismo durante a Assembleia referente a diversos encaminhamentos os quais dizem respeito a inclusão e ascensão social dentro da(s) IES(s). Os meses de abril e maio também foram repletos de manifestações na cidade de Florianópolis. No dia 9 de abril o prefeito Gean Loureiro enviou para a Câmara Municipal um projeto de lei que privatiza os serviços públicos na área da saúde e educação. As Organizações Sociais (O.S) como são denominadas, seriam contratadas pelo governo por meio de licitações, que por sua vez contratariam terceirizados para administrarem creches e hospitais

públicos de Florianópolis. Esta proposta de lei encaminhada com urgência e sem nenhum debate com a população, fez com que os servidores públicos entrassem em greve durante 30 dias. Apesar do projeto de lei ainda estar em trâmite na Câmara Municipal, os servidores voltaram ao trabalho após fortes pressões da prefeitura através de ameaças como desconto dos dias parados, além de autorização para a polícia militar fazer a desocupação do acampamento montado em frente a sede da prefeitura.

Outro grande movimento nacional foi a greve dos caminhoneiros de 21 a 30 de maio, o que fez com que as escolas e universidade não tivessem atividades por falta de condições de deslocamento dos alunos e professores.

De Olho no Programa

No decorrer dos dias 28 de abril a 1 de maio de 2018, ocorreu na cidade de Curitiba-PR, o XXI Encontro Regional dos grupos PET Sul (SULPET), sediado na UFPR, campus centro politécnico. A temática do encontro foi “Inserção e Integração: PET Como Transformador Social”. O evento apresentou diversas atividades, tais como: palestras sobre pluralidade social, saúde mental na academia, sustentabilidade e a atual situação político-econômica do país. Outra questão muito pertinente e que se fez presente foram as mobilizações dos grupos PET, conhecidas como “Mobiliza PET”, cujo caráter de atuação e organização tem em vista a manutenção do programa, o qual vem sofrendo com as constantes ameaças de cortes de verbas e até mesmo sua extinção.

O evento também contou com a socialização dos projetos desenvolvidos em cada IES pelos grupos. Estes projetos que englobam a tríade acadêmica (ensino/pesquisa/extensão) puderam ser apresentados em duas modalidades: oral e banner. Este momento do evento é bastante importante para uma melhor transmissão dos conhecimentos adquiridos através das experiências de cada PET com os seus projetos. O grupo PET Geografia da UDESC apresentou dois de seus projetos, um de extensão o “Cartografia Para Crianças” e outro de ensino “Barfraseando”.

Com o propósito de um melhor funcionamento no Programa de Educação Tutorial, durante o XXI SULPET ocorreram os encontros de discente, tutores, e representantes dos CLAAs (Comitê Local de Avaliação e Acompanhamento) de cada IES, além dos grupos de discussões de trabalho (GDTs) onde foram expostos as dificuldades que cada PET enfrenta em suas IES gerando assim, demandas necessárias para mudanças pertinentes nos PETs. Demandas estas apresentadas e discutidas no decorrer da assembleia final em forma de encaminhamentos, sugestões ou cartas.

O último dia de evento foi destinado para as premiações dos destaques dos projetos desenvolvidos pelos grupos, e a assembleia final. Durante a assembleia foram aprovados encaminhamentos de ações afirmativas e acessibilidade antes não aceitas. É claro que essas pautas não passaram pela assembleia sem calorosas discussões.

Para que estas aprovações acontecessem, o XXI SULPET contou com atuação importante do PET Geografia da UDESC, que lutou e segue lutando em prol destas pautas para a consolidação do programa e para que este insira e integre os estudantes de suas respectivas universidades pelo Brasil. Mesmo com algumas divergências de pensamentos, com o público da assembleia bastante conservador, conseguimos aprovar pautas importantes e continuaremos ativos na construção de um Programa de Educação Tutorial de qualidade.

Políticas Locais

Universidade Laboratório Vivo?

Por Gustavo Rittl

Os problemas que cercam a nação Brasileira não são poucos. Um dos maiores parques metalogenéticos do planeta, com uma das maiores sócio biodiversidades do mundo, o Brasil de fato não é para principiantes e precisa de soluções urgentes para várias problemáticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável de seu território.

Tem as universidades públicas brasileiras um papel central a cumprir na promoção do bem estar e bem viver da sociedade brasileira? São as dimensões do ensino, pesquisa e extensão, tripé básico das instituições públicas brasileiras de ensino superior, postas a serviço da nação brasileira? Deveria ser assim? São estas questões que animam o debate atual sobre o papel central das universidades no Brasil e no mundo e mesmo sobre o papel da internacionalização universitária.

Na era do antropoceno, onde a própria humanidade passa a configurar-se como força biogeoquímica a impactar diretamente os sistemas da geosfera e da biosfera, ameaçando as próprias condições da vida como a conhecemos, de acordo com pesquisas sobre os limites planetários para a manutenção das condições da vida como a conhecemos¹, tem as universidades um papel decisivo?

Em relação, a por exemplo, a produção descontrolada de lixo, resíduos, novas substâncias farmoquímicas, que estão literalmente solapando (e poluindo) as estruturas das cadeias alimentares oceânicas globais², o que pode ou devem fazer as universidades?

Temos em Florianópolis, algumas das melhores instituições de ensino superior do país. A Universidade Federal de Santa Catarina, recentemente foi listada como a 2º melhor universidade brasileira entre as 1000 melhores universidades do mundo, de acordo com o Golden Age University 2018 da Times Higher Education, a UDESC está entre as 4 melhores universidades do país de acordo com o Índice Geral de Cursos (IGC) do Ministério da Educação, o IFSC lidera o ranking das escolas públicas de Santa Catarina.

Porém, ao olharmos para o próprio território das universidades e a região nas quais estão inseridas, como fica esta relação de excelência com a

¹ Disponível em: <http://www.stockholmresilience.org>

² Disponível em: <http://www.stockholmresilience.org>

realidade prática e cotidiana do dia a dia, na relação com a produção descontrolada de lixo, para ficarmos em somente um exemplo da agenda 2030 da ONU? Porque, com tantas instituições de excelência, temos cerca de 50% das praias da Ilha de Santa Catarina impróprias? Porque por mais de 5 anos não avançamos na taxa de reciclagem municipal, as universidades têm responsabilidades e um papel a desempenhar neste cenário? Por que o Brasil ainda perde mais de 8 bilhões por ano por não desenvolver sua indústria da reciclagem?

Parece que esta situação começou a mudar. A Universidade do Estado de Santa Catarina, foi a primeira universidade do Brasil a aceitar o desafio de tornar-se uma universidade Lixo Zero, o que isto quer dizer? Que todos os campi da universidade devem fazer a destinação ambientalmente correta de no mínimo 90% de seus resíduos de forma desviá-los da disposição final em aterro sanitário, meio ambiente e ou incineração. Em outubro de 2017 a UDESC promoveu oficialmente a Semana Lixo Zero UDESC³, lançando conjuntamente o programa UDESC Lixo Zero 2022⁴; e em conjunto com a Universidade Federal de Santa Catarina e com o Instituto Federal de Santa Catarina, as universidades assinaram um documento publicamente comprometendo-se a desenvolver a estratégia lixo zero na gestão, ensino, pesquisa e extensão universitária.

A iniciativa marcou o lançamento da Rede Internacional de Cooperação Acadêmica Lixo Zero⁵, iniciativa pioneira no mundo, o projeto visa por meio da cooperação acadêmica internacional transversalizar e gerar impacto nas realidades regionais e locais por meio da atuação e cooperação acadêmica internacional na temática.

O projeto é desenvolvido em parceria com a Zero Waste Academy da Universidade de Massey, Nova Zelândia. A Zero Waste academy foi criada pelo Professor Jonathon Hannon como um centro de excelência no desenvolvimento de educação, pesquisa aplicada e políticas na área para a Nova Zelândia. A [Zero Waste Academy](#) - ZWA foi desenvolvida com base na teoria dos [laboratórios vivos do MIT](#), onde a própria cidade hospedeira das universidades, as comunidades, indústrias, bairros, regiões e os campi, servem como casos concretos de solução de problemas por meio dos diversos recursos universitários. Com mais de 10 anos de expertise a ZWA, universidades brasileiras e do mundo estão se unindo para partilhar conhecimento, realizar intercâmbios, desenvolver e divulgar pesquisas em conjunto com o objetivo de juntas promoverem as mudanças necessárias em suas realidades locais e regionais.

Não foram poucos os resultados alcançados em um curto espaço de tempo por meio deste projeto inovador.

³ Veja a página da semana: <http://www.udesc.br/semanalixozeroudesc>

⁴ Veja o programa no link: <http://www.udesc.br/sustentavel/residuos>

⁵ Veja sobre a Rede em: <http://gestaoambiental.ufsc.br/> e <http://www.udesc.br/> e <http://www.alesc.sc.gov.br>

A UDESC comprava por ano cerca de 7 mil fardos de copos plásticos todo o ano, o que representa em torno de 7 milhões de copos plásticos descartáveis que na prática eram usados por menos de 5 minutos antes de serem descartados. A universidade promoveu os primeiros Jogos Regionais Lixo Zero do Brasil⁶, o que ainda estimulou escolas da região a aderirem e adotarem o programa. A UDESC ainda criou o selo [setor lixo zero](#)⁷, iniciativa que está ajudando a organização a organizar desde a origem toda a cadeia e fluxo de materiais gerados em cada campi da universidade. Outra iniciativa foi a destinação ambientalmente adequada de resíduos recicláveis para uma cooperativa da cidade de Florianópolis. Antes do programa todos os resíduos recicláveis da universidade acabavam sendo destinados para a disposição final em aterro sanitários.

A ideia geral do programa é que a Universidade torne-se um laboratório vivo na criação de conhecimentos, tecnologias, inovação, educação, pesquisa, extensão e na própria gestão da instituição para impactar positivamente um dos maiores desafios globais enfrentados pela humanidade nos tempos atuais, a produção descontrolada de lixo, resíduos e substâncias farmoquímicas. A Organização das Nações Unidas prevê uma crise global de resíduos para as próximas décadas, as instituições de ensino superior tem um importante trabalho a cumprir neste cenário como agentes de mudança.

⁶ Sobre os Jogos Lixo Zero: <https://www.youtube.com/watch?v=XoC1uXqgIRA>

⁷ Veja notícias sobre: <https://ndonline.com.br>, <http://lagunambiental.com.br>

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA INTERVENÇÃO DA MÍDIA NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO: EPISÓDIOS DE INFLUÊNCIA E MANIPULAÇÃO SOCIAL

Bruna Antunes⁸
Fabiele Rizzon⁹

RESUMO

A mídia é responsável por determinar os assuntos que serão debatidos pela sociedade, isto é, as temáticas comumente discutidas entre os espectadores da mídia, são justamente aquelas sugeridas por ela, o que conseqüentemente influencia diretamente na formação de opinião do indivíduo. O presente trabalho visa abordar os meios de comunicação de massa enquanto instrumentos legitimadores de ideologias, nesse contexto, as notícias e mensagens derivadas dos meios de comunicação em massa, tendem a ser divulgadas de forma consciente, isto é, atendendo interesses políticos e econômicos. Nesse caso, busca-se discutir situações em que a mídia assumiu papel manipulativo em benefício próprio, ou seja, admitiu um discurso que visa sua validação social, produzindo na sociedade convicções pertinentes para a sua legitimação.

PALAVRAS- CHAVE: Mídia, manipulação midiática, mídia e política.

1. Introdução

O cenário político brasileiro está muito abalado. Isso não é surpresa para uma sociedade acostumada a esperar o drama político em que se vive da sala de casa cotidianamente. Não é comum se ver como parte desse cenário, ser manipulado, por exemplo, para acreditar que teve crime, que não foi golpe. Conforme aponta Lowy (2016) “o que aconteceu no Brasil, com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi um golpe de Estado”, além disso, o autor reforça que essa prática do Golpe de Estado legal, por sinal, vem a ser uma nova estratégia das oligarquias latino-americanas, que se mostra eficaz e lucrativa para eliminar presidentes de esquerda, como foi o caso de Dilma Rousseff.

O tema pode ser rapidamente associado ao livro “Por que gritamos Golpe”, onde inúmeras análises discutem o processo de impeachment da então presidenta, que foi destituída do cargo em 2016. Dentre os inúmeros artigos da

⁸ Licenciada em Geografia e estudante de bacharel em geografia pela Universidade do Estado de Santa Catarina.

⁹ Estudante de bacharel em geografia pela Universidade do Estado de Santa Catarina.

obra, Mauro Lopes, aponta o papel da imprensa como influência desse processo, através do artigo “As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático”, onde o autor aponta que a atmosfera exercida pela imprensa de maior audiência na sociedade, assumiu o posto de desenvolver e articular cuidadosamente notícias com tendências explícitas ao golpe.

Quatro famílias decidiram: Basta! Fora! Os Marinho (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril/Veja), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquita (Grupo Estado). A essas famílias somaram-se outras com mídias de segunda linha, como os Alzugaray (Três/Istoé) e os Saad (Rede Bandeirantes), ou regionais, como os Sirotsky (RBS, influente no sul do país). Colocaram em movimento uma máquina de propaganda incontestável, sob o nome de “imprensa”, para criar opinião e atmosfera para o golpe de Estado contra o governo de Dilma Rousseff, eleito por 54 milhões de pessoas em 26 de outubro de 2014. (LOPES, 2016, pg. 120).

Como legítimo Aparelho Ideológico do Estado (Althusser, 1985) a imprensa assumiu sua função de propagar a ideologia e posição da classe hegemônica com discursos e articulações favoráveis ao golpe, tornou-se “uma máquina de propaganda partidária” (LOPES, 2016, pg. 120).

Como na campanha do início dos anos 1960, as famílias que controlam as grandes mídias nacionais assumiram um protagonismo político decidido, sob a liderança dos Marinho. Na televisão foram sucessivas edições do Jornal Nacional voltadas a destruir Lula – com o objetivo de criminalizá-lo a ponto de impedir sua candidatura nas eleições em 2018, o PT (Partido dos Trabalhadores) e, finalmente, Dilma. (...) o Jornal Nacional foi o principal instrumento da campanha, em articulação contra a tropa de curadores e delegados sob a liderança do juiz Sérgio Moro, em Curitiba. Na véspera do verdadeiro sequestro de Lula, travestido de “condução coercitiva” pela Polícia Federal em 5 de março de 2016, houve uma edição histórica do JN: Quarenta minutos de massacre sistemático ao príncipe líder popular do país desde Getúlio Vargas. Assim foi meses a fio. Manchetes convocando manifestações contra o governo; vazamentos de investigações em articulação com a operação Lava Jato; editoriais, artigos, entrevistas, pesquisas. As quatro famílias, seguidas pelas demais, operaram como numa rede nacional oficial do golpe, numa articulação inédita na história do jornalismo no país – a competição, ícone maior do capitalismo e do discurso de todos esses meios, foi deixada de lado em prol de uma colaboração aberta para derrubar o governo. (LOPES, 2016, pg. 120).

Definitivamente é grave demais para um país democrático como o Brasil, ver sua mídia comercial se reunir para derrubar o governo. Os grandes conglomerados de mídia do país fazem uso de manobras e editoriais bem articulados para impressionar o espectador, principalmente aqueles que têm acesso principal aos meios de comunicação derivados desse oligopólio de mídia, responsáveis por disseminar manipulações e apoio ao golpe.

Essa é apenas uma das situações em que a mídia faz do jornalismo um instrumento de manipulação e apoio à política dominante, além disso, ela aponta acusados e não permite que o cidadão, o indivíduo por sua vez, que presta audiência a esse mercado, saiba que existe um outro lado da suposta verdade defendida pelo mesmo. Essas famílias, responsáveis pela disseminação de informações no país não dão voz ao acusado, não permitem

que eles possam se posicionar. Nesse caso, reitera-se o histórico direito de resposta de Leonel Brizola no Jornal Nacional (Globo), onde somente amparado pelo direito de resposta obtido em justiça, Brizola, o então governador do Rio de Janeiro (1994), consegue espaço no horário nobre do canal de televisão de maior audiência do país, onde o apresentador do jornal, Cid Moreira, lê a resposta de Brizola aos ataques sofridos constantemente pelo canal na íntegra, em cumprimento ao direito obtido na justiça:

Todos sabem que eu, Leonel Brizola, só posso ocupar espaço na Globo quando amparado pela Justiça. Aqui citam o meu nome para ser intrigado, desmerecido e achincalhado perante o povo brasileiro. Quinta-feira, neste mesmo Jornal Nacional, a pretexto de citar editorial de 'O Globo', fui acusado na minha honra e, pior, apontado como alguém de mente senil. Ora, tenho 70 anos, 16 a menos que o meu difamador Roberto Marinho, que tem 86 anos. Se é esse o conceito que tem sobre os homens de cabelos brancos, que o use para si. Não reconheço à Globo autoridade em matéria de liberdade de imprensa, e basta para isso olhar a sua longa e cordial convivência com os regimes autoritários e com a ditadura de 20 anos, que dominou o nosso país. Todos sabem que critico há muito tempo a TV Globo, seu poder imperial e suas manipulações. Mas a ira da Globo, que se manifestou na quinta-feira, não tem nenhuma relação com posições éticas ou de princípios. É apenas o temor de perder o negócio bilionário, que para ela representa a transmissão do Carnaval. Dinheiro, acima de tudo. Em 83, quando construí a passarela, a Globo sabotou, boicotou, não quis transmitir e tentou inviabilizar de todas as formas o ponto alto do Carnaval carioca. Também aí não tem autoridade moral para questionar. E mais, reagi contra a Globo em defesa do Estado do Rio de Janeiro que por duas vezes, contra a vontade da Globo, elegeram-me como seu representante maior. E isso é que não perdoarão nunca. Até mesmo a pesquisa mostrada na quinta-feira revela como tudo na Globo é tendencioso e manipulado. Ninguém questiona o direito da Globo mostrar os problemas da cidade. Seria antes um dever para qualquer órgão de imprensa, dever que a Globo jamais cumpriu quando se encontravam no Palácio Guanabara governantes de sua predileção. Quando ela diz que denuncia os maus administradores deveria dizer, sim, que ataca e tenta desmoralizar os homens públicos que não se vergam diante do seu poder. Se eu tivesse as pretensões eleitoreiras, de que tentam me acusar, não estaria aqui lutando contra um gigante como a Rede Globo. Faço-o porquê não cheguei aos 70 anos de idade para ser um acomodado. Quando me insulta por nossas relações de cooperação administrativa com o governo federal, a Globo remorde-se de inveja e rancor e só vê nisso bajulação e servilismo. É compreensível: quem sempre viveu de concessões e favores do Poder Público não é capaz de ver nos outros senão os vícios que carrega em si mesma. Que o povo brasileiro faça o seu julgamento e na sua consciência lúcida e honrada separe os que são dignos e coerentes daqueles que sempre foram servís, gananciosos e interesseiros. (BRIZOLA, 1994)

Vive-se em um falso cenário democrático, os acusados pela imprensa de maior alcance do país, para ganhar voz e espaço na mesma, precisam de direitos de respostas emitidos pela justiça. Contudo, essas interferências constantes na visão de mundo da sociedade comprovem a condição atribuída aos meios de comunicação tradicionais de tratar a informação como um

produto, fonte de lucro e dinheiro dentro da lógica do capitalismo, o que influencia diretamente as leituras de mundo, o comportamento, as crenças e as práticas políticas das sociedades, ferindo conseqüentemente o direito à informação atribuída ao cidadão.

Nesse contexto, a intromissão dos meios de comunicação na política tem suscitado importantes discussões no Brasil. Contudo, conforme aponta Dorneles (2015) é preciso policiar e tomar cuidado quanto aos limites atribuídos a liberdade de imprensa, isso porque mesmo sendo “uma conquista legítima e imprescindível a todo regime democrático de direito, cuja importância é inquestionável (...) o poder desta liberdade é muito grande, e, se for excedido, pode cercear a democracia e o respeito à população, dentre outros direitos”. Desta forma, é importante adotar críticas e comentários responsáveis no momento em que se difunde e reportar informações na sociedade, para que esta não interfira no exercício democrático, não manipule a opinião pública com distorções dos fatos e não extrapole os limites constitucionais.

2. A função social dos meios massivos de comunicação

Os veículos de comunicação em massa não estão há muito tempo nas atividades diárias do homem, em comparação a vida social e cultural do mesmo. Sendo assim, esse conjunto de inventos representa uma revolução da comunicação, visto que suas transformações tecnológicas foram rápidas e únicas na história da humanidade.

Frente a esse cenário, a expressão “comunicação de massa” passou a se popularizar no meio acadêmico, gerando controvérsias quanto aos seus impactos no público.

DeFleur (1976, p. 24) afirma em sua obra que

os inúmeros veículos foram diversamente acusados pela responsabilidade de 1) abaixar o nível cultural do público, 2) aumentar os índices de delinquência, 3) contribuir para uma decadência generalizada da moral, 4) adormecer as massas com frivolidades políticas, 5) suprimir a inventividade. Trata-se, como vemos, de uma lista condenável, e se os aparelhos aparentemente inocentes que se encontram em nossas salas são realmente culpados dessas influências perniciosas, eles deveriam sem dúvida alguma ser considerados com alarma. O problema, contudo, é que os defensores dos pontos de vista opostos nos informam que nossos jornais, rádios, aparelhos de televisão etc. não são inventos traiçoeiros para o mal, sendo na verdade nossos fiéis servidores ou mesmo salvadores na medida em que 1) apresentam o pecado e a corrupção, 2) agem como guardiões de uma valiosa livre expressão, 3) levam pela primeira vez alguma forma de cultura a milhões de indivíduos, 4) proporcionam uma distração inocente e diária para as massas cansadas da força de trabalho industrial e urbano, 5) informam-nos sobre os acontecimentos mundiais, e 6) incrementam nosso padrão de vida pela insistência incansável com que recomendam que adquiramos certos produtos para estimular nossa instituição econômica.

Entretanto, essa concepção remete ao funcionalismo norte-americano, que conforme aponta Filho (1987) se caracteriza por uma aura de imparcialidade e objetividade. Segundo o autor nessa corrente o “desenvolvimento dos meios de comunicação e do próprio jornalismo são analisados como processos, independentes em relação ao desenvolvimento global das forças produtivas e da luta de classes, ou seja, apartados do movimento histórico em seu conjunto” (pg. 19), isto é, a essência do método funcionalista seria a reprodução e a estabilidade do sistema social e coloca o desenvolvimento da imprensa sob influência das necessidades sociais.

A atualidade, de fato, sempre foi objeto de curiosidade para os homens. Mas com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas a atualidade amplia-se no espaço, ou seja, o mundo inteiro tornava-se, cada vez mais, um sistema integrado e interdependente. A imediatividade do mundo, através de seus efeitos, envolve então uma esfera cada vez maior e constitui um sistema que se torna progressivamente mais complexo e articulado. Isso traz duas consequências básicas: a procura de mais informações e, pelo fato de que tais informações não podem ser obtidas diretamente pelos indivíduos, surge a possibilidade de uma indústria da informação. Que tais empresas sejam privadas e que as notícias sejam transformadas em mercadorias não é de se estranhar, pois, afinal, tratava-se precisamente do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Logo, desde o seu nascimento, o jornalismo teria de estar perpassado pela ideologia burguesa e, do ponto de vista cultural, associado ao que foi chamado mais tarde de “cultura de massa” ou “indústria cultural”. (Pg.22, 1987)

Nesse contexto,

o jornalismo, que é o filho mais legítimo desse casamento entre o novo tecido universal das relações sociais produzido pelo advento do capitalismo com os meios industriais de difundir informações, isto é, o produto mais típico desse consórcio histórico, não é reconhecido em sua relativa autonomia e indiscutível grandeza. De um lado, ele é visto apenas como instrumento particular da dominação burguesa, como linguagem do engodo, da manipulação e da consciência alienada. Ou simplesmente como correia de transmissão dos “aparelhos ideológicos de Estado”, como mediação servil e anódina do poder de uma classe, sem qualquer potencial para uma autêntica apropriação simbólica da realidade. De outro lado, estão as visões meramente descritivas ou mesmo apologéticas - tipicamente funcionalistas - em geral suavemente coloridas com as tintas do liberalismo: a atividade jornalística como “crítica responsável” baseada na simples divulgação objetiva dos fatos, uma “função social” voltada para “o aperfeiçoamento das instituições democráticas”. Na linguagem mais direta do mestre (Durkheim), uma atividade voltada para a denúncia e correção das “patologias sociais”,

portanto, para a coesão e a reprodução do estado "normal" da sociedade, ou seja, o capitalismo. (FILHO, 1987, Pg. 23 e 24)

Sendo assim, cabe ao leitor atribuir subjetividade aquilo que é colocado como notícia, entender a informação como “crítica responsável” ou “produto” desse mercado.

2.1. Comportamento social e influência midiática

O último Censo Demográfico realizado no Brasil foi em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A operação estatística apresentou como resultado um total de 190.755.799 milhões de habitantes (IBGE, 2010), distribuídos por todo território nacional. O Brasil, por sua vez, possui uma extensão de território muito grande, equivalente a 8.515.692,27 km², em virtude disso possui muitas regiões de difícil acesso. Assim sendo, diante das dimensões continentais do país e de sua respectiva distribuição heterogênea, de que maneira acontece o acesso a notícias se não através dos meios de comunicação de massa?

De acordo com a Pesquisa Brasileira De Mídia - PBM (Brasil, 2014), a televisão é o meio de comunicação de maior acesso ao brasileiro, 95% dos entrevistados assistem diariamente. Nessa mesma pesquisa o rádio é considerado o segundo meio de comunicação mais utilizado pelos brasileiros, cerca de 30% dos entrevistados ouve todos os dias. A Internet, em seguida, tem o acesso diário de 37% dos entrevistados, e apresentou resultados mais intensos que as pesquisas anteriores. O percentual de brasileiros que lêem jornal e revistas ao menos uma vez na semana é de 21% e 13% dos entrevistados respectivamente.

A confiança do brasileiro nas notícias veiculadas nesses diferentes meios de comunicação é maior nos jornais (58 % dos entrevistados PBM), seguido da televisão e rádio (54% e 52% respectivamente dos entrevistados PBM) e da revista (44% dos entrevistados PBM). Em contrapartida as novas mídias decorrentes do meio digital, predomina a desconfiança, dos brasileiros entrevistados 71%, 69% e 67% revelam confiar pouco ou nada nas notícias veiculadas nas redes sociais, blogs e sites, respectivamente.

Os meios de comunicação atendem a uma grande parcela de brasileiros, a Pesquisa Brasileira de Mídia mostra em números a maneira com que o acesso aos instrumentos que transmitem a notícias está cada vez maior independente do meio de comunicação em discussão. Por esse motivo, cabe a eles informar, prestar serviços e sugerir opiniões com clareza e honestidade à sociedade (SOARES, 1984).

Contudo, essa interferência direta da mídia na formação do indivíduo, bem como sua influência nos assuntos discutidos pela sociedade, faz com que inúmeras notícias de relevância singular passem despercebidas pelo público, por deixarem de ser exploradas e destacadas pelos meios de comunicação.

Isso porque, os dispositivos de comunicação, mencionados por Moraes (2003), são constatados como espaços abertos que reproduzem a “vontade geral”, em contrapartida é preciso se atentar aos vínculos tendenciosos camuflados na habilidade espetacular da mídia de utilizar o artifício retórico, isto é, a arte de enfatizar ideias e pontos de vistas com tamanha eloquência e convicção.

A constatação de Filho (2017) retoma e reforça a Teoria do Agendamento¹⁰, que fora pensada a partir de pesquisas feitas durante duas campanhas presidenciais norte-americanas (Junior; Melo; Procópio, 2008), onde se comprova a Tese de Walter Lippmann¹¹ em que a mídia é considerada uma ponte até nossas mentes em termos de informação, revelando a influência da mídia nas atitudes da sociedade e na opinião pública.

Nesse caso, DeFleur (1976, p.163) indaga justamente os efeitos da comunicação de massa nos indivíduos, ou melhor, os reflexos da persuasão midiática na formação do indivíduo:

de que maneira os veículos nos influenciaram, enquanto indivíduos, persuadindo-nos a acreditar nas novas ideologias políticas, a votar para um determinado partido, a adquirir mais produtos, a alterar ou abandonar nossos gostos culturais, a diminuir ou fortalecer nossos preconceitos, a cometer atos de delinquência ou crimes, a baixar nossos padrões de recreação familiar, a adotar certas inovações ou modificar nossos tipos de comportamento de alguma forma importante em consequência da atenção dada ao conteúdo desses mesmos veículos de massa?

Como se pode observar nos dados levantados pela Pesquisa Brasileira de Mídia apresentados anteriormente, é cada vez maior o número de pessoas que dão audiência aos meios de comunicação de massa. Sendo assim, as notícias divulgadas pela grande mídia para uma sociedade onde os veículos de comunicação são a única maneira de se informar, divertir e aprender, na falta de outras fontes informativas, são normalmente adotadas como verdade absoluta.

Nesse contexto, a Teoria das Diferenças Individuais¹² apresentada na obra de DeFleur (1976), coloca a persuasão como um dos efeitos da comunicação de massa que devem receber uma atenção especial. Segundo o autor, a mensagem persuasiva, predominante nos noticiários da grande mídia, possui características “capazes de alterar o funcionamento psicológico do indivíduo de tal forma que ele reagirá francamente na forma desejada ou sugerida pelo comunicador” (DEFLEUR, 1976, p.170). Além da capacidade

¹⁰ “Segundo Maxwell McCombs “A teoria é uma metáfora utilizando a ideia simbólica de agenda. E se preocupa com a agenda dos meios de notícia e a agenda da sociedade, e como são colocadas as notícias em termos de ideias e opiniões que tentam persuadir o público”.

¹¹ As origens da teoria remontam a Walter Lippmann no seu livro Opinião Pública, de 1922.

¹² “A teoria das diferenças individuais da comunicação de massa era e permanece sendo uma teoria básica e fundamental sobre os efeitos da comunicação de massa.” (DEFLEUR, 1976, pag. 169)

manipuladora atribuída à mensagem persuasiva, é importante levar em consideração que existem determinadas pessoas que já são naturalmente consideradas “persuasivas”, garantindo que suas resistências à manipulação seja menor que no indivíduo comum, independente da base psicológica em questão.

O autor Guareschi (1985) reforça essa concepção manipulativa colocada anteriormente. Entretanto, segundo ele, a ideologia imposta pelos meios de comunicação de massa se impregna nos hábitos das pessoas. Além disso, muito provavelmente essas respectivas pessoas atravessam a vida sem se dar conta dessa imposição, que diz respeito diretamente a um modo de produção que afeta todas as relações sociais. Nesse caso, os meios de comunicação passam a legitimar a dominação de uma classe sobre as outras.

Os meios de comunicação de massa assumem uma função resultante da soma de todas as outras até então, como instrumentos legitimadores de ideologias. Nesse contexto, as notícias e mensagens derivadas dos meios de comunicação em massa, tendem a ser divulgadas de forma consciente, isto é, onde se atende interesses políticos e econômicos do comunicador e atribuem-se conotações negativas para ideologias contrárias, levando-se em consideração a sua capacidade persuasiva.

Nesse jogo de interesses o público passa a ser compreendido como fantoche dos meios de comunicação de massa. O que a mídia fala ou induz, passa a ser argumento do público, onde se reproduz ideologias, preconceitos, dentre outros efeitos, seguindo técnicas de diluição e recuperação (GUARESCHI, 1985), onde se pretende diluir determinados valores e instalar novos.

A técnica de diluição é uma estratégia que tende a minimizar determinadas situações, refletindo na opinião pública uma conclusão como algo que seja inconveniente ou passageiro.

O autor Guareschi (1985, p.55) traz um exemplo bastante explicativo:

A técnica de diluição é muito bem exemplificada através de uma historieta cômica de Walt Disney, onde um grupo de pessoas iradas (hippies, desocupados), participantes de movimentos pacifistas – observe a maneira sutil com que esses grupos são jogados no mesmo caldeirão – marcha fanaticamente pelas ruas e é fácil e imediatamente dissolvido pelo Pato Donald, que está vendendo limonada numa barraquinha e diz: Vejam que grupo sedento! Alô, pessoal, joguem fora os cartazes e tomem uma limonada grátis! Abandonando a marcha e atirando longe os cartazes, o grupo se atira sobre a barraquinha de Donald como um bando de búfalos, espalhando seu dinheiro, bebendo sofregamente e gritando: Eu quero uma grande e bem gelada pra mim; dez limonadas para mim; eu quero uma para agora e outra para viagem.

Moral da História, além de ter associado o grupo dos hippies aos desocupados, também induz o público a concluir que esses manifestantes são na verdade hipócritas, que vendem seus ideais por um copo de limonada. Esse exemplo mostra o quanto o mundo Disney é cheio de legitimações ideológicas, colocadas em prática fazendo o uso de inúmeras técnicas associadas sempre ao seu poder persuasivo.

Além da técnica de diluição, a técnica de recuperação é outra comumente usada pela grande mídia na divulgação de notícias. Essa técnica utiliza um fenômeno que oferece riscos ao corpo social, como forma de fortalecer e justificar a contínua necessidade do sistema social existente e dos seus valores. Guareschi (1985, p. 56) apresenta como exemplo para esse caso a Guerra do Vietnã, onde “o protesto era manipulado para justificar a vitalidade e os valores do sistema que produziu a guerra, e não para terminar com a injustiça e violência da própria guerra”.

É nítido o uso de inúmeras técnicas que beneficiam diretamente a legitimação da ideologia do comunicador. A grande mídia impõe ações, pensamentos e conclusões e o público na ânsia de conhecimento e sobre efeito manipulativo, acata. Fortalecendo a ideologia capitalista da classe dominante sobre a classe dominada, fragmentando a sociedade.

A mídia está nos lares das pessoas, os meios de comunicação de massa fazem parte do cotidiano, do trabalho, da realidade social, do tempo livre, das estruturas básicas da vida dos cidadãos. É de um poder sem igual, predominante e sem exceções em virtude de seu alcance. Pode ser maior que um partido político, imperial, diminuindo fronteiras, quando não as rompe de vez.

Sendo assim, é preciso compreender que a comunicação de massa vai muito além da função de informar, divertir, persuadir ou ensinar. Nesse contexto, é importante reportar a notícia para o indivíduo com críticas e comentários responsáveis, visando seu papel primordial na sociedade, tendo em vista, além disso, que essa ponte de informação que se forma entre o indivíduo e o comunicador, está sujeita a consequências, seja por interpretação, apropriação e principalmente a reprodução do discurso midiático por parte do espectador.

3. Considerações Finais

Gomes (2009) afirma em sua obra que o jornalismo, bem como todas as instituições,” (p.68). Nesse contexto, Brito (2016) destaca os quatro grupos de comunicação considerados por ele os mais importantes para a formação de opinião no Brasil, ou seja, com maior influência de sua legitimação social, são elas: as Organizações Globo, da família Marinho; o Grupo Abril, da família Civita, que inclui as revistas Veja e Exame; o Estado, da família Mesquita; e a Folha, da família Frias. Segundo o autor,

pela biografia das famílias desses oligopólios, é possível concluir que a orientação política deles pende para a direita (...) pelo menos em algum momento, apoiaram o regime militar. Os editoriais dos jornais destes grupos explicitam seu posicionamento político (...). Não apenas a parte de opinião, mas a hierarquização das notícias mostra o partidarismo da mídia dos Marinho/Civita/Mesquita/Frias (...). As reportagens produzidas pelas empresas contam com as aspas dos especialistas de sempre. Os especialistas de sempre são aquelas figuras bem conhecidas de quem lê jornais, revistas e sites, são do meio acadêmico, têm opiniões semelhantes às dos donos das empresas de mídia, e essas empresas sempre recorre a estes especialistas para mostrar respaldo de suas opiniões no meio acadêmico.

Esse cenário, em que a comunicação brasileira se encontra marcada por manipulação midiática e posicionamentos tendenciosos, foi destacado na trajetória do documentário *Muito além do cidadão Kane*¹³. Na obra, momentos simbólicos de interferência da Rede Globo na vida política brasileira ganham ênfase, dentre eles destacam-se o direito de resposta de Brizola¹⁴; a edição do debate final, da eleição presidencial, entre Lula e Collor em 1989¹⁵ e a distorção na cobertura do movimento “Diretas Já”¹⁶.

A distorção e manipulação das notícias, frente sua interferência na opinião pública das camadas mais populares, é frequente nos maiores grupos de comunicação do país. A Globo por ser líder de audiência ganha destaque, entretanto, grupos como SBT, por exemplo, não fogem a essa realidade. A Reforma da Previdência¹⁷ ganhou destaque alarmista na programação do SBT, frases como “Você sabe que se não for feita a reforma da Previdência você pode deixar de receber o seu salário?” tendem a popularizar a reforma que tem pouco apoio popular.

Frente a esses exemplos, verifica-se a interferência política na programação tendenciosa editada pelas emissoras de grande audiência. Nesse contexto, Yoda (2014) faz um alerta referente ao Coronelismo Eletrônico¹⁸,

13 “Esse documentário denuncia o monopólio da informação e do uso político deste, exercido no Brasil pela mídia em geral e pela Rede Globo em particular.” Sinopse disponível em: <<http://www.sociologia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=577>> Acesso em 11 de maio de 2017.

14 Em cumprimento ao direito de resposta obtido na justiça pelo então governador do Rio de Janeiro (1994), Cid Moreira, apresentador do Jornal Nacional, lê o texto na íntegra.

15 Debate final da eleição de 1989, que elegeu Fernando Collor, foi totalmente editado e distorcido pela emissora e exibido posteriormente no Jornal Nacional.

16 Em 1984 cerca de 300 mil pessoas se reuniram na Praça da Sé, em São Paulo, para reivindicar eleições diretas para presidente. Considerado o maior ato político ocorrido nos primeiros 20 anos da ditadura brasileira, entretanto o foco da reportagem do Jornal Nacional, o maior telejornal do país, da TV Globo, destacou naquela noite a comemoração pelos 430 anos de São Paulo. Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/piq/2014/01/24/diretas-ja-manipulacao-da-globo-vem-de-longe>> Acesso em 11 de maio de 2017.

17 A reforma trata da aprovação de mudanças nas regras da aposentadoria.

18 “uso de canais de comunicação de radiodifusão para atender a interesses políticos. Suas origens estão no autoritarismo coronelista de décadas passadas e a prática política traz inúmeras semelhanças com seus modelos de concentração de propriedade. Só que, em

sobre o quanto a apropriação de empresas veiculadoras de comunicação por políticos fere a democracia, visto que seus cargos em empresas de comunicação podem agir em causa própria.

Num quadro em que um meio de comunicação de massa, que deveria cumprir uma função pública, é controlado por um político, que pode influenciar sua linha editorial, a autonomia e independência deste veículo para exercer o controle sobre o poder público estão totalmente comprometidas. Ao mesmo tempo, o proprietário do veículo passa a ter o poder de filtrar e restringir informações e conteúdos a serem divulgados, na medida de seus interesses e de seus correligionários, numa prática de autopromoção (...). Compreendendo o risco para a democracia brasileira do controle de serviços públicos, como a radiodifusão, por políticos, a Constituição Federal, em seu artigo 5412¹⁹, proíbe que deputados e senadores sejam proprietários ou diretores de empresas concessionárias de serviço público ou exerçam cargo ou emprego remunerado nesses espaços privados. A medida vem sendo respeitada para diversos serviços, mas segue ignorada no caso do rádio e da televisão. (YODA, 2014)

Filho (1987) reforça a imposição ideológica feita pela grande mídia, segundo o autor quanto maior o número de elementos de uma mesma corrente partidária ou ideológica, maior a tendência desse grupo impor seus pontos de vista ao reportar a informação, principalmente quando o assunto comentado é de grande importância e a empresa impõe seu julgamento político. Nesse caso, segundo Filho grande parte dos jornalista “ colocam seu talento, honestidade e ingenuidade a serviço do capital com a mesma naturalidade com que compram cigarros na esquina”(p. 41).

vez do poder sobre as terras, o controle agora também alcança as ondas do rádio e da TV.” YODA, Carlos Gustavo. (2014) Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/coronelismo-antena-e-voto-a-apropriacao-politica-das-emissoras-de-radio-e-tv-5044.htm>> Acesso em 11 de maio de 2017.

19 Título IV - Da Organização dos Poderes. Capítulo I Do Poder Legislativo. Seção V - Dos Deputados e dos Senadores. Art. 54. <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/art_54_.asp> Acesso em 11 de maio de 2017.

10 de junho	Acontece a primeira referência do Jornal Nacional (JN) às manifestações, enfatizando o tumulto, o prejuízo ao trânsito e o incômodo à população.
12 de junho	JN fez novas menções negativas ao movimento e a palavra 'vandalismo' tornou-se recorrente como modo de designar o movimento.
13 de junho	Pela primeira vez a PEC 37 ³ foi mencionada pelo JN.
15 de junho	O JN mostra reportagem favorável aos produtores rurais contra os índios e a política de demarcação de terras da Funai. A cobertura das manifestações continuava sendo negativa.
17 de junho	O protesto passou a ser definido como pacífico e a bandeira brasileira passou a ser seu símbolo. O sentido mudou de negativo para positivo.
18 de junho	Bandeiras do Brasil e rostos pintados como nas 'Diretas Já' apareceram por todos os lados. Começava a criação estética e moral do movimento antigoverno federal. Em vez de jovens e estudantes, tínhamos agora famílias de classe média com perfil de renda alta.
19 de junho	Registra-se a federalização dos protestos, com o objetivo de atingir a figura da presidente. Pela primeira vez registra-se queda na popularidade da presidente Dilma.
20 de junho	Dia de grandes comícios com ampla maioria da classe média. O fim da corrupção já se tornara a palavra mais importante depois que as tarifas de ônibus foram abaixadas, transformando-se na bandeira central de todo o movimento conservador.
21 de junho	O JN deu cobertura à matéria do New York Times sobre as manifestações, que as interpretava como reclamação contra os 'serviços públicos precários'.
24 de junho	O governo propôs uma reforma política para combater a corrupção e cinco pactos: transporte público, reforma política, corrupção como crime hediondo, médicos estrangeiros e a destinação de 100% do pré-sal para a educação.
29 de junho	O JN mostra pesquisa segundo a qual a aprovação popular da presidente despencara em queda livre (-27%).

Quadro 1 - O comportamento do Jornal Nacional em junho de 2013 rumo ao golpe. Fonte: Adaptado de Souza, 2016. Disponível em: <<http://www.usp.br/estetica/index.php/estetica/article/view/109/0>> Acesso em maio de 2018.

O quadro 1 apresenta de forma cronológica os fatos registrados em 2013 que originaram o impedimento de Dilma Rousseff, fruto do sucesso total da violência simbólica alimentada pela mídia. Conforme aponta Gobbo (2017, pg.8)

Aqui convém lembrar que o próprio Jornal Nacional apontava que os "amarelinhos" quando saíam às ruas agiam espontaneamente, enquanto os 'vermelhinhos' eram militantes profissionais sectários; isso fez com que a própria classe média, branca e bem-vestida se visse como representante do 'interesse nacional'. Diferentemente do Mensalão de 2005, agora conseguiu-se o elemento popular indispensável ao golpe. Frente aos atos registrados consolidou-se o casamento entre a mídia e a classe média conservadora que mais tarde receberiam o apoio do aparelho jurídico-policial do Estado. Enquanto a mídia conseguia manipular as pautas populares e enfraquecer o poder Executivo, a classe média se viu com medo de que seus privilégios de classe e seus empregos fossem ameaçados pelo registro da expansão da educação superior para os setores

populares. Frente a isso passaram a condenar o ‘populismo’ dos governos petistas.

Souza (2016) aponta ainda, que “os telejornais e programas de entrevista da TV Globo, por exemplo, existem unicamente para bombardear o telespectador com visões parciais, quando não diretamente falsas”, segundo o autor a emissora faz de debates a discussão entre intelectuais e políticos conservadores que pensam todos a mesma coisa e fazem de conta que discutem ideias, veiculam visões distorcidas, parciais e interesseiras, e ainda declara “Isso não é informação decente em nenhum lugar do mundo. É veneno midiático”.

É muito grave para um país democrático ter sua informação disseminada ao grande público através de grupos de comunicação que com toda sua influência e poder de alcance, acabam por decidir o que vai ser discutido na sociedade, o que ela deve saber, o que a mesma deve pensar e ainda suas respectivas ideologias. É preciso ter muito cuidado quanto a esse fator, não somente as tendências e posições políticas, mas também ao que não é noticiado, ao que diariamente não recebe destaque nos noticiários brasileiros porque é contra princípios e ideologias de emissoras que deveriam apenas tratar da comunicação das massas de maneira honesta.

4. Referências

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015 : hábitos de consumo de mídia pela população brasileira.** – Brasília : Secretaria de Comunicação Social - SECOM, 2014. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>> Acesso em: 06 mar. 2017.

BRITO Marcelo Fantaccini. **Sobre os quatro grandes oligopólios de mídia no Brasil.** Trincheiras, 5 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Alem-de-inconstitucional-lei-da-publicidade-favorece-oligopolio-da-midia/4/25901>> Acesso em 11 de maio de 2017.

BRIZOLA, Leonel. **Direito de Resposta. 1994.** In: BRITO, Fernando. 20 anos do dia em que Brizola venceu a Globo. O milagre em que nem a gente acreditava. Tijolaço, 15 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.tijolaco.com.br/blog/20-anos-do-dia-em-que-brizola-venceu-a-globo-o-milagre-em-que-nem-a-gente-acreditava/>> Acesso em junho de 2016.

DEFLEUR, Melvin L. **Teorias de comunicação de massa.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

DORNELES, Hermy Juliano. A Intervenção da mídia na política - Liberdade de imprensa X democracia. Disponível em: <

<https://hermy.jusbrasil.com.br/artigos/179006500/a-intervencao-da-midia-na-politica-liberdade-de-imprensa-x-democracia>> Acesso em maio de 2018.

FILHO, Adelmo Genro. **O segredo da pirâmide: (para uma Teoria Marxista do Jornalismo)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1987. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/75390>> Acesso em: maio de 2018.

FILHO, João. **Oligopólio Da Comunicação Direciona Debate Público Brasileiro**. The Intercept_ Brasil, 19 de Março de 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/03/19/oligopolio-da-comunicacao-direciona-debate-publico-brasileiro/?comments=1#comments>> Acesso em: 06 mar. 2017.

GOBBO, André. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. São Paulo. nº 15, jul-dez, 2017. Resenha de: SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016. Disponível em: <<http://usp.br/estetica/index.php/estetica/article/view/109/77>> Acesso em maio de 2018.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses. Ensaios de teoria do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Comunicação e poder: A presença e papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina**. Petrópolis; Vozes, 1985.

IBGE, SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Centro Demográfico de 2010**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>> Acesso em: 06 mar. 2017.

LOPES, Mauro. **As quatro famílias que derrubaram um governo democrático**. IN: Porque gritamos Golpe: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Organização: Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto – São Paulo, Boitempo, 2016.

LOWY, Michael. **O golpe de Estado de 2016 no Brasil**. In: Blog da Boi Tempo. 17/ de maio

MORAES, Dênis. **Por uma outra comunicação – Mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro; Record, 2005.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Para uma leitura crítica dos jornais**. São Paulo; Paulinas, 1984.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

YODA, Carlos Gustavo. **Coronelismo, antena e voto: a apropriação política das emissoras de rádio e TV**. Carta Capital: ideias em tempo real, 23 setembro de 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/coronelismo-antena-e-voto-a-apropriacao-politica-das-emissoras-de-radio-e-tv-5044.html>> Acesso em: 11 de maio de 2017.

A Mudança da Zona Central e suas Consequências para o Comércio: um estudo de caso sobre o Terminal Cidade de Florianópolis

Bernardo Simon Provedan¹
Glaucia Chernioglo²
Hypólito Fernandez³

1. Introdução

Entre 1988 e 2003, todo transporte público da grande Florianópolis conflui para um único terminal, chamado Terminal Cidade de Florianópolis. A partir de 2003, com a introdução do Sistema de transporte integrado, o sistema foi descentralizado e, no Centro, o terminal mudou de lugar e passou a se chamar TICEN.

Este trabalho tem por objetivo fazer um panorama das mudanças ocorridas nas regiões próximas aos dois terminais de integração - o antigo eo novo - a partir da visão de Núcleos centrais e periféricos descritos por Corrêa em seu livro O Espaço Urbano.

2. Terminal Cidade de Florianópolis: a centralidade a partir da convergência dos transportes

Localizando-se em frente a Praça XV de Novembro no centro histórico da capital catarinense, local de frequente comércio na cidade no período de colonização e local próximos aos prédios que continham os poderes públicos administrativos, tendo em vista que a cidade veio a ser formar a partir da instalação da Catedral Metropolitana. Esteve ativo desde sua inauguração em 28 de agosto de 1988, sendo o ponto de passagem dos habitantes, que vinham de outros bairros da cidade e também das cidades da região, desenvolvendo em seu entorno uma série de serviços que atendiam quem por ali passava, comércios como bares, restaurante, lojas de artigos diversos.

Para Corrêa (1989), a área central constitui-se no foco, não apenas da cidade, mas de sua hinterlândia. Concentram atividades comerciais, de serviço e terminais de transporte. A acessibilidade desta região atrai lojas de departamento e de outros gêneros varejistas. Não obstante, suas vantagens locais tornam o preço da terra e dos imóveis mais elevados.

Antes da integração, a cidade contava com a existência de um único terminal de integração, por onde passavam todas as linhas de ônibus que circulavam pela cidade. A partir da implantação do transporte integrado em 2003 no município de Florianópolis, o terminal de transporte urbano foi transferido do Terminal Cidade de Florianópolis para o TICEN e outros cinco terminais integradores, distribuídos pela cidade, descentralizando, portanto, a rede de transportes.

O terminal Cidade de Florianópolis começou a ter suas linhas com alta lotação, no início dos anos 90 toma-se uma medida para solucionar a situação

de saturamento os órgãos de transporte vinculados a prefeitura do município iniciaram um projeto, o sistema integrado de transporte público, buscando recursos juntamente ao governo federal. Com o novo sistema de transporte implantado na capital no ano de 1997, agora o que limitava o luxo dos ônibus e veículos particulares era o espaço físico, para solucioná-la foi construído os terminais integrados, nove ao todo pela Ilha de Santa Catarina. Mas o movimento de local que mais impacto a região do “Terminal Velho”, onde suas linhas foram transferidas para o TICEN (Terminal Integrado do Centro) (figura 1).

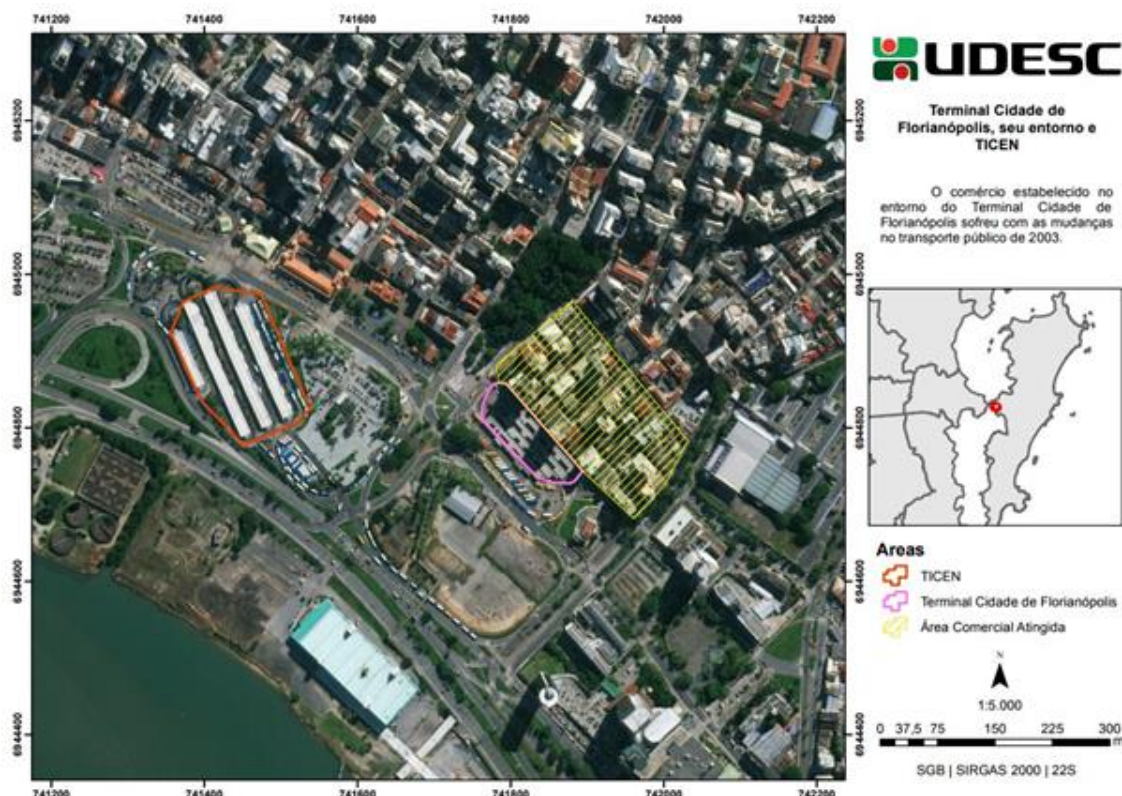


Figura 1: Mapa de localização dos terminais e da área comercial atingida com as mudanças. Fonte: organizado pelos autores.

Tendo suas atividades suspensas no ano de 2003, ocorrendo uma queda abrupta no número de pessoas que circulavam no entorno do Terminal, isso acarretou em uma série de fechamentos de comércios e a diminuição no faturamentos dos que conseguiram se manter ali, outro importante fator nesse esvaziamento ocorrido no local foi a retirada de alguns órgãos públicos, como por exemplo a Escola Antonieta de Barros. Criando nesta parte do centro da cidade vários vazios urbanos. Ao passar dos anos o local se tornou perigoso devido a falta de segurança e grande presença de dependentes químicos.

3. A transformação de zona central em zona periférica: construção do TICEN

A implantação do sistema de transporte integrado foi polêmica para a população, pois gerou mudanças na mobilidade dos usuários e trouxe

consequências para os comerciantes da região em torno do Terminal Cidade de Florianópolis, que tinham no fluxo contínuo de pessoas que passavam pelo terminal o público alvo de seus comércios. Ali se instalavam comércios varejistas - como algumas lojas de eletrodomésticos - , pequenos comércios de serviço - como casas lotéricas, bancos, barbearias - e pequenas lanchonetes e restaurantes.

A mudança do fluxo de pessoas daquela região para uma região mais ao oeste, acarretou em uma mudança de acessibilidade do local e, conseqüentemente, na mudança do uso do solo, que perdeu seu valor, gerando uma degradação da região. Efeito oposto ocorreu na região em que se instalou o TICEN, onde ocorreu um aumento no valor da terra, devido ao aumento da acessibilidade do lugar, a partir do fluxo contínuo de pessoas que por ali passavam, tornando-se um atrativo para o comércio. A inter-relação entre aumento da acessibilidade, valor da terra e uso do solo pode ser analisada na figura 2.

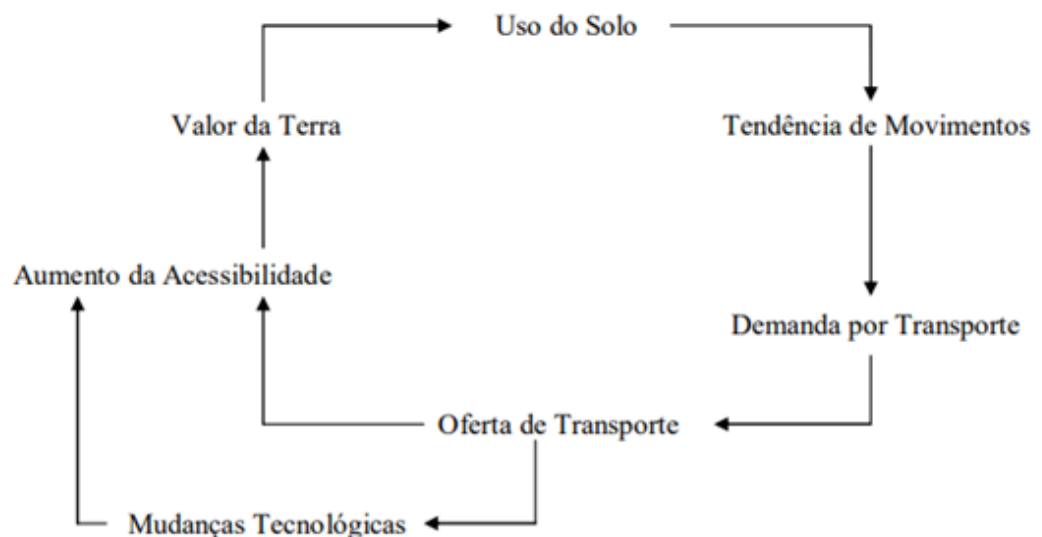


Figura 2: Inter Relação entre transporte, acessibilidade e uso da terra. Fonte: adaptado de ANTP, apud SILVA, 2008.

Corrêa (1989) explica que as zonas periféricas em torno do núcleo central de uma cidade têm por característica o uso semi-intensivo do solo, ocupado, sobretudo por comércios atacadistas e com terrenos abandonados. Uma das características da zona próxima ao Terminal Cidade de Florianópolis pós-2003 é o vazio urbano deixado com a retirada de órgãos públicos dessa região. A transformação da região de área central para área periférica se deu de forma abrupta, tendo como principal agente transformador neste processo, o Estado.

Ao mudar o terminal de transporte urbano de lugar, ocasionando na mudança da zona central da cidade, ao mesmo tempo em que esvaziava o espaço, retirando os órgãos públicos, o Estado, no seu papel de agente condicionante do espaço urbano, modificou toda a estrutura historicamente

montada, levando a degradação do centro histórico da cidade, a medida em que mobilizou a reserva fundiária pública, orientando espacialmente a ocupação do espaço e o valor da terra.

A insatisfação gerada na população levou a graves conflitos sociais em 2004 e 2005, que ficaram conhecidas como “Revolta da Catraca”. O comércio e as instalações no entorno do antigo terminal ficaram relegadas ao esquecimento por mais de meia década. Conseguiram sobreviver ali, apenas comércios com menor rentabilidade, como sebos e pequenas lanchonetes. A partir de 2009, a prefeitura municipal começou um projeto de revitalização desta parte do centro histórico, a partir da reativação do terminal antigo para linhas intermunicipais.

4. Situação Atual

O TICEN projetado para dar uma maior facilidade de integração dos usuários que utilizam o transporte público municipal e intermunicipal, após seis anos de sua inauguração começa a sofrer com problemas de com a quantidade excessiva de ônibus no local, alguns deste até estacionados em locais impróprios e ocorrendo atraso nos horários de saídas das viagens. A forma escolhida pela administração da prefeitura na resolução do imbróglio, lançou um projeto de revitalização do “Terminal Velho”. Fazendo o deslocamento das linhas intermunicipais e o transporte executivo (serviço de ônibus público de alto padrão).

Neste momento, tem-se novamente o Estado atuando no seu papel de modelador do espaço, aqui agindo como promotor imobiliário do espaço que ele mesmo outrora ajudou a desvalorizar. Ao realizar a revitalização deste espaço urbano, devolve-se a terra o seu valor e, portanto, seu fator atrativo, satisfazendo os interesses dos comerciantes da região.

Esta decisão do poder público gerou um contentamento pela parte dos lojistas, que se encontram próximos ao Terminal Urbano pois o fluxo de pessoa aumentaria, trazendo uma renda maior. Por outro lado os usuários das linhas que foram programadas para mudar de local se sentiram lesados, eles alegavam a falta de infraestrutura e segurança, pois não havia banheiros suficientes, calçadas sem acessibilidade, trajeto longo para os que fariam baldeação no TICEN para os demais bairros da cidade, como a frase citada por Lúcia Silveira, da Associação de Idosos do Jardim Zanelatto: “Quem quiser ir para a Trindade ou para as praias vai precisar vir caminhando até aqui” referindo-se ao TICEN. O que gerou protestos pela parte da população que fechou a plataforma E no TICEN, fechando a saída dos ônibus, duas vezes por volta de meia hora.

A medida tomada no fim de 2009, mas as obras de recuperação do espaço só tiveram início, no ano de 2011 após liberação de 400 mil reais de verba pública, as obras de ampliação dos banheiros, nova pavimentação asfáltica, pinturas nas grades, colocação de bancos e reforço segurança. Com

o término das obras as linhas foram gradativamente sendo redistribuídas assim o terminal voltou a suas atividades em passo lentos, mas ainda sim as reclamações antigas continuavam, tanto por parte dos usuários, quanto por parte dos comerciantes dessa região. As autoridades da época davam como o objetivo da mudança é garantir o melhor atendimento aos usuários e trazer mais movimento para o comércio da região como afirmou o vice-prefeito e secretário de Transportes, Mobilidade e Terminais da Capital, João Batista Nunes.

5. Considerações Finais

O caso abordado é eloquente no esclarecimento da existência de uma hierarquia de interesses particulares administrados através do Estado. O novo sistema integrado de transporte, a despeito de diversas falhas apontadas após sua implementação, aumentou a eficiência do transporte público e atendeu a demandas importantes para a locomoção de grandes contingentes de trabalhadores, estudantes, ambulantes, etc. - que se sobrepõem às demandas apresentadas por aquele grupo de comerciantes, apontado por este trabalho.

Também a hipótese de que o sistema integrado de transporte teria sido feito para atender à demandas do Sindicato das Empresas de Transporte Urbano da Grande Florianópolis - SETUF - corrobora com a ideia de que há uma hierarquia de interesses particulares administrados pelo Estado.

A concorrência de todas essas componentes determinam politicamente as decisões sobre o espaço e conseqüentemente sobre o destino das iniciativas particulares na decisão do que será o concorrido espaço urbano.

6. Referências

- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1989. 94 p.
- SILVA, Rejane da. *Análise da Mobilidade por Transporte Coletivo após a Implantação do Sistema Integrado - Estudo de Caso para Florianópolis*. Dissertação (mestrado em engenharia civil). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- Terminal Cidade de Florianópolis será revitalizado e receberá 17 linhas intermunicipais do Ticen*. Florianópolis: Diário Catarinense. publicado em 09 dez. 2009. disponível em <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2009/12/terminal-cidade-de-florianopolis-sera-revitalizado-e-recebera-17-linhas-intermunicipais-do-ticen-2737195.html>> acesso em 06 dez.2017.

Terminal Cidade de Florianópolis passará por alterações após reativação. Florianópolis:Diário Catarinense. publicado em 18 mar. 2010. Disponível em <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2010/03/terminal-cidade-de-florianopolis-passara-por-alteracoes-apos-reativacao-2842121.html>> acesso em 06 dez.2017.

Terminal antigo de Florianópolis será reativado. Florianópolis: Diário Catarinense. publicado em 24 ago. 2011. disponível em <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticia/2011/08/terminal-antigo-de-florianopolis-sera-reativado-3460294.html>> acesso em 06/12/2017.

Mudança de linhas intermunicipais irrita passageiros. Florianópolis: Floripa Manhã. 16 mar. 2010. disponível em <<http://floripamanha.org/2010/03/mudanca-de-linhas-intermunicipais-irrita-passageiros/>> , acesso em 06 dez. 2017.

Prefeitura dá aval para recuperação do Terminal Cidade de Florianópolis. Florianópolis: De Olho na Ilha. publicado em 28/11/2011. disponível em <http://www.deolhonailha.com.br/florianopolis/noticias/_prefeitura_da_aval_para_recuperacao_do_terminal_cidade_de_florianopolis.html> acesso em 06 dez. 2017

PET Indica:



Livro: A Nova Razão do Mundo.

Autor: Pierre Dardot e Christian Laval.

Descrição pela editora: Ainda não entendemos o que é o neoliberalismo, e estamos pagando um preço altíssimo por isso. É esse anseio de urgência que levou os pensadores franceses Pierre Dardot e Christian Laval a escreverem *A nova razão do mundo*, obra que passa a limpo todos os lugares-comuns sobre a natureza do capitalismo contemporâneo. Por meio de recursos analíticos pouco ortodoxos – que conciliam investigação histórico-social e psicanálise, Foucault e Marx –, Dardot e Laval desfazem mitos e revelam o que há de novo no neoliberalismo: uma *racionalidade* global – e não apenas uma doutrina econômica ou ideológica – que vem transformando profundamente as sociedades de forma subterrânea e difusa, estendendo seu sistema normativo a todas as relações sociais, sem deixar incólume nenhuma esfera da existência humana. Levando a sério a formulação de Margaret Thatcher – “A economia é o método. O objetivo é mudar a alma” –, o livro descreve os assombrosos contornos deste mundo em que “o desejo é o alvo do novo poder”. Dardot e Laval afirmam que a grande inovação da tecnologia neoliberal é vincular diretamente a maneira como um homem “é governado” à maneira como ele próprio “se governa”. Ao explorar as raízes e ramificações do pensamento neoliberal ao longo do século XX, os autores destrincham de forma clara e precisa as implicações desse novo paradigma, em que a economia torna-se uma disciplina pessoal. A figura central dessa nova racionalidade é o “sujeito empresarial”. Cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar. O conceito define a totalidade do que já foi chamado por estudos anteriores de sujeito “hipermoderno”, “impreciso”, “flexível”, “precário”, “fluido”, “sem gravidade”, “individualista”. Na nova razão do mundo, todas as atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um cálculo de custo, aliado ao imperativo do “sempre mais”, que visa a intensificar a eficácia de cada sujeito em todos os domínios: escolar e profissional, mas também relacional, sexual e assim por diante. As atividades que permeiam a vida são concebidas essencialmente como “investimento” no interminável processo de *valorização do eu*, sobre o qual o indivíduo é inteiramente responsável. O estudo do caráter sistêmico dessa racionalidade permite analisar, para além do processo mais visível de privatizações, a corrosão interna da própria dimensão pública e democrática dos Estados nacionais, à direita e à esquerda no espectro político institucional. Para Dardot e Laval, o sistema neoliberal opera uma desativação sem precedentes do jogo democrático, que está nos fazendo entrar no que chamam de “era pós-democrática”. Um dos principais sintomas dessa ação é a mudança na concepção dos bens públicos, assim como os princípios de sua distribuição. Direitos até então ligados à cidadania e historicamente estabelecidos como consequência lógica da democracia política, como a proteção social, a igualdade de tratamento e a universalidade, são questionados pela concepção consumista do serviço público de um “sujeito ao qual a sociedade não deve nada”. A nova razão do mundo introduz formas sem precedentes de sujeição que constituem, para os que a contestam, um desafio político e intelectual inédito. “Combatê-la exige não se deixar iludir, fazer uma análise lúcida dele. O conhecimento e a crítica do neoliberalismo são indispensáveis”, sustentam os autores. Somente a compreensão dessa racionalidade permitirá que se oponha a ela uma verdadeira resistência e que se inaugure uma outra razão do mundo.

Fonte: BoiTempo Editora

Eventos

XIX Encontro Nacional de Geógrafos. - Entre os dias 1 à 7 de Julho em João Pessoa-PB

X Colóquio de Cartografia para Crianças e Escolares e do I Encontro Internacional de Cartografia Escolar e Pensamento Espacial. - Entre os dias 9 à 12 de julho em São Paulo-SP

IV Encontro Regional de Práticas de Ensino em Geografia. - Entre os dias 8 à 11 de agosto em Crato-CE

III Encontro de Geografia do Vale do São Francisco. - Entre os dias 22 à 24 de agosto em Petrolina-PB

<http://sintrasem.org.br/Default/Noticia/1466/projeto-de-lei-de-iniciativa-popular-para-revogar-as-o-s->
<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2018/05/termina-a-greve-dos-servidores-municipais-de-florianopolis-10336881.html>